



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
PRAÇA CÍVICA, 300 - Bairro CENTRO - CEP 74003-010 - Goiânia - GO - www.tre-go.jus.br

CONTRATO - SECNT

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE REMANESCENTE DA OBRA DE REFORMA GERAL DO FÓRUM ELEITORAL DO MUNICÍPIO DE GOIÁS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS E A EMPRESA GSM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.

CONTRATO TRE/GO Nº 15/2026

(SEI nº 25.0.000015459-0)

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**, situado na Praça Cívica nº 300, Centro, Goiânia, Estado de Goiás, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 05.526.875/0001-45, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Diretor-Geral em substituição, **HUMBERTO VILANI**, matrícula funcional nº 5062675, e, de outro lado, a empresa **GSM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 40.997.613/0001-60, estabelecida na Avenida 136, nº 960, Sala 4, Pavimento 13, Edifício Executive Tower, Setor Marista, Goiânia-GO, CEP 74.180-040, telefone (62) 3100-2980, e-mail institucional: gsmconstruoesecomercio@gmail.com, neste ato representada por **GISELY DE SOUZA MOREIRA LIMA**, qualificada nos presentes autos, doravante denominada CONTRATADA, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o presente contrato de reforma do prédio que abriga o Fórum Eleitoral de Goiás-GO, sob o regime de empreitada por preço global, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução de serviços remanescentes da obra de reforma do prédio que abriga o Fórum Eleitoral do município de Goiás-GO, situado na Rua A, Quadra 19, lote 02, Setor Aeroporto, município de Goiás-GO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico, Planilha remanescente (ID 1259018) e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Ato Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual (Edital de Concorrência Eletrônica TRE-GO nº 90002/2024).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO SUPORTE LEGAL E DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A execução da obra contratada obedecerá ao estipulado neste Contrato, no Projeto Básico, bem como ao estabelecido no ato convocatório da licitação que lhe deu origem (Concorrência TRE-GO nº 90002/2024) e nas obrigações assumidas pela **CONTRATADA** através da proposta firmada em 09/02/2026, constante no documento de nº 1321858 do Procedimento SEI nº 25.0.000015459-0, dirigida ao **CONTRATANTE**, documentos que, independentemente de transcrição, integram e complementam o presente instrumento, celebrado nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observadas as alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA, DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO

- 3.1. O prazo de vigência da contratação é de **6 (seis) meses**, contados da assinatura deste contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.2. Estão contidos no prazo de vigência o período de mobilização da contratada para início da obra, a execução dos serviços contratados, prazo para o recebimento provisório e prazo para o recebimento definitivo.
- 3.3. O prazo para execução da obra será de **90 (noventa) dias corridos**, contados a partir da data de início estabelecida na **Ordem de Serviço** emitida pelo CONTRATANTE, e de acordo com as etapas do cronograma físico-financeiro, definido na planilha orçamentária da obra, constante do Projeto Básico.
- 3.4. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, pelo prazo máximo de **3 (três) meses**, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.
- 3.5. A prorrogação do prazo de execução será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

CLÁUSULA QUARTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

- 4.1. No que se refere à execução dos serviços, será adotado o regime de empreitada por preço global.
- 4.2. Os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições da contratação, observação e do recebimento do objeto constam no Projeto Básico, anexo a este Contrato.
- 4.3. A **CONTRATADA** apresentará ao **CONTRATANTE**, no dia da reunião de partida, o recolhimento junto ao CREA/CAU da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART/RRT de execução da obra.
- 4.4. A **CONTRATADA** deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 4.5. A **CONTRATANTE** poderá manter na obra engenheiros, arquitetos e prepostos seus, adiante designados **FISCALIZAÇÃO**, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, gerenciamento, controle e fiscalização das obras e serviços de construção.
- 4.6. As relações mútuas entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** serão mantidas por intermédio da **FISCALIZAÇÃO**.
- 4.7. Será a **CONTRATADA** obrigada a facilitar meticoloso controle de qualidade dos materiais e serviços contratados, facultando à **FISCALIZAÇÃO** o acesso a todas as partes da obra. Obrigar-se-á, do mesmo modo, a facilitar a fiscalização em oficinas, depósitos, armazéns ou dependências onde se encontrem materiais destinados à realização dos serviços.
- 4.8. O **CONTRATANTE**, por meio da **FISCALIZAÇÃO**, poderá não aceitar serviços em cuja execução não tenham sido observados os princípios da boa técnica e os preceitos estabelecidos nos projetos e memoriais descritivos, e fará demolir, por conta e risco da **CONTRATADA**, no todo ou em parte, os referidos serviços mal executados.
- 4.9. No caso de não-atendimento, dentro do prazo de 48 horas, de qualquer reclamação sobre defeito em serviço executado ou material posto na obra, terá a **FISCALIZAÇÃO**, pelas normas aqui estabelecidas, plena autoridade para suspender total ou parcialmente os serviços, sempre que julgar conveniente, por razões técnicas, disciplinares ou outras, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a **CONTRATADA** e sem que tenha direito a qualquer indenização.
- 4.10. Será a **CONTRATADA** obrigada a retirar do local, imediatamente após comunicação da **FISCALIZAÇÃO**, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado seu que, a critério da **FISCALIZAÇÃO**, justificadamente ou não, venha demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica.

4.11. Em caso de divergência entre os elementos dos projetos, deverão ser observados os seguintes critérios:

- a) Divergências entre os espaços/desenhos de escalas diferentes, prevalecerão os de maior escala;
- b) Divergências entre cotas assinaladas e suas dimensões em escala, prevalecerão as primeiras;
- c) Divergências entre elementos não assinalados nos itens anteriores, prevalecerão o critério e a interpretação da FISCALIZAÇÃO, em cada caso;
- d) Divergências entre o memorial descritivo e os projetos, prevalecerá o primeiro;
- e) Toda e qualquer divergência observada **deverá ser comunicada à fiscalização do CONTRATANTE, por escrito, com antecedência mínima de 5**

(cinco) dias da execução do serviço.

4.12. Todos os casos omissos nas especificações, memoriais ou projetos serão esclarecidos e resolvidos formalmente de comum acordo com a FISCALIZAÇÃO.

4.13. O CONTRATANTE se reservará o direito de reduzir, suprimir ou aumentar os serviços a serem executados, se achar conveniente, obedecendo aos preços unitários constantes da planilha orçamentária integrante da proposta apresentada pela CONTRATADA por ocasião da licitação, até o limite dos percentuais estabelecidos pelo art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

4.14. Todos os serviços deverão ser executados conforme os projetos executivos, especificações técnicas e de acordo com as práticas de projeto, construção e manutenção de edifícios públicos federais e atos convocatórios da licitação, prevalecendo, no caso de eventuais divergências, as disposições estabelecidas pelo TRE-GO.

4.15. Os trabalhos deverão ser rigorosamente realizados em obediência às etapas de construção estabelecidas nas Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais e no cronograma físico-financeiro, de modo a evoluírem gradual e continuamente em direção aos objetivos estabelecidos pelo TRE-GO, com a redução de riscos de perdas e refazimento de serviços.

4.16. O recebimento e a aceitação da obra dar-se-á da seguinte forma:

4.16.1. **Provisoriamente:** em até 15 (quinze) dias úteis, contados da data da comunicação da entrega dos serviços pela CONTRATADA, após análise de conformidade preliminar pela Fiscalização do contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes:

a) A CONTRATADA só poderá solicitar recebimento provisório após a execução de todos os serviços, aplicação de todos os materiais, instalação e teste de todos os equipamentos sob sua responsabilidade, bem como a apresentação de toda documentação necessária.

b) Caso a FISCALIZAÇÃO julgue que a obra está sem condições para o recebimento provisório, o prazo para o término dos serviços não será interrompido e a CONTRATADA deverá solicitar nova vistoria, quando a obra deverá apresentar condições para tal.

c) A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de má execução ou de emprego de materiais de baixa qualidade.

4.16.2 **Definitivamente:** em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a realização de análise de conformidade final pela Fiscalização e pelo gestor do contrato, mediante a lavratura de termo de aceite, que será assinado pelas partes, para que seja configurado o recebimento definitivo.

4.16.3 Até o final do prazo de recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá providenciar os subitens elencados abaixo, a fiscalização do contrato, salvo impossibilidade decorrente da atuação dos órgãos respectivos, desde que a demora não resulte de atraso de providência a cargo da CONTRATADA:

a) Certidão Negativa de Débito – CND fornecida pela Previdência Social;

b) Certificado de baixa da obra junto a RFB;

c) Durante os prazos de análise de conformidade mencionados nos itens acima, a CONTRATADA deverá prestar, incontinenti, os esclarecimentos que lhe forem solicitados, e corrigir eventuais defeitos identificados pela FISCALIZAÇÃO do contrato.

4.16.4 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e a segurança da obra, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **40% (quarenta por cento)** do valor total do contrato.

5.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

5.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

5.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

5.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.6. Os serviços a cargo de diferentes firmas contratadas serão articulados entre si, de modo a proporcionar o andamento mais harmonioso para a obra em seu conjunto, sob a coordenação da CONTRATADA, que se responsabilizará por todos os serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR CONTRATUAL E DO CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

6.1. Pela execução da obra objeto deste Contrato, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor global de **R\$ 352.326,26 (trezentos e cinquenta e dois mil trezentos e vinte e seis reais e vinte e seis centavos)**, dividido em parcelas, conforme cronograma físico-financeiro, anexo deste contrato.

6.2. Incluem-se no preço avençado todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução deste Contrato, inclusive obrigações tributárias e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O cronograma físico-financeiro apresentado na licitação funcionará como o plano inicial de execução podendo ser modificado, após a assinatura do contrato, por solicitação da CONTRATADA, mediante apresentação de proposta de modificação a ser aprovada pela equipe de fiscalização.

6.4. Quanto às modificações do plano de execução dos trabalhos (cronograma) deverá ser observado que:

a) Serão pagos somente serviços efetivamente executados e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, com base em medições e averiguações técnicas, atribuindo sempre os valores e unidades constantes na planilha de preços original proposta na licitação para cada serviço;

b) Serão apresentadas em forma de cronograma físico-financeiro, no modelo do que foi fornecido à época da licitação, relacionando etapas, prazos e valores, observado o estado em que se encontram os serviços, pautando-se sempre pelo seu bom andamento e sob o jugo das melhores práticas de engenharia;

c) Não serão modificados os preços da proposta vencedora;

d) As modificações no cronograma serão restritas à ordem de execução dos serviços e ao parcelamento, não sendo possível alterar os percentuais de execução acumulados mensais, nem ampliar o prazo total de execução dos serviços e o seu preço global;

e) Nas reprogramações deverão constar, sem quaisquer modificações, as etapas/parcelas que já tenham sido executadas e pagas;

6.5. Deverá ser assegurada a correspondência direta e exata dos preços dos serviços e quantidades constantes em cada parcela/etapa com o respectivo valor a ser pago pela parcela.

6.6. Caso a FISCALIZAÇÃO não aprove alguma proposta de modificação do plano vigente de execução dos serviços, prevalecerá o último planejamento estabelecido.

6.7. As reprogramações do plano de execução não acarretarão quaisquer alterações no valor global do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais datadas de 16/08/2024, obtidas a partir dos custos da tabela SINAPI, mês de referência JULHO/2024.

7.2. Após o interregno de um ano, e desde que haja pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, dos preços obtidos pela tabela SIPC/SINAPI no mês de julho de 2024, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Os reajustes serão precedidos de solicitação da CONTRATADA, acompanhado de demonstração analítica da alteração dos custos por meio de apresentação da planilha orçamentária ou do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste, conforme for a variação de custos, objeto do reajuste.

7.5. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

7.6. Os novos valores contratuais decorrentes dos reajustes terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

7.6.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa ao reajuste;

7.6.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos reajustes futuros;

7.7. Fica a Contratada obrigada a apresentar **memória de cálculo** referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.8. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.9. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.9.1. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.10. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou o saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

7.11. Nos casos em que a prorrogação dos prazos seja de inteira responsabilidade da CONTRATADA, os contratos não serão reajustados.

7.12. A decisão sobre o pedido de reajuste deverá ocorrer no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

7.12.1. O prazo ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou não apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

7.13. O reajuste será realizado por termo de apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do inciso I do artigo 136 da Lei Nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos valores contratados será efetuado pelo **CONTRATANTE**, mediante ordem bancária creditada em conta-corrente, até o **8º (oitavo) dia útil**, contado do ateste da fatura/nota fiscal protocolada na sede do **TRE-GO**, em Goiânia-GO, cumprindo-se observar:

8.2. No prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo da fatura/nota fiscal na sede do **TRE-GO**, em Goiânia-GO, o **CONTRATANTE** deverá atestá-la ou notificar a **CONTRATADA** para sanar as irregularidades eventualmente verificadas, nesse caso, o prazo para ateste ficará suspenso até a resolução das pendências;

8.3. O prazo para pagamento das faturas ficará suspenso durante os períodos de indisponibilidade do sistema informatizado de tramitação processual do **CONTRATANTE** - Sistema Eletrônico de Informações/SEI;

8.4. Sanadas as eventuais irregularidades apontadas, a fatura/nota fiscal apresentada poderá ser atestada pelo representante do **CONTRATANTE**;

8.5. Não sendo sanadas pela **CONTRATADA** as irregularidades apontadas, a fatura/nota fiscal apresentada não preencherá os requisitos necessários para ser atestada, obstando o pagamento, por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, até que seja saneada a situação, sem prejuízo do previsto na cláusula das penalidades e demais cominações legais cabíveis.

8.6. A fatura/nota fiscal apresentada deverá estar acompanhada de certidões comprobatórias da inexistência de débitos pela **CONTRATADA** perante a Justiça do Trabalho, bem como da regularidade desta para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a Fazenda Nacional (Receita Federal e Procuradoria de Fazenda Nacional) e as Fazendas Estadual e Municipal (do domicílio ou sede da **CONTRATADA**), caso não estejam disponíveis nos sítios dos órgãos emissores;

8.7. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** antes do ateste da conformidade da execução contratual, que envolve, além da conformidade dos serviços prestados com o especificado no Projeto Básico anexo, o correto e tempestivo cumprimento de todas as obrigações contratuais vinculadas à execução do presente ajuste. A demora no pagamento pelo **CONTRATANTE**, causada pela inviabilização do ateste por fato imputável à **CONTRATADA**, não gerará, para esta, direito à correção prevista no item **8.11** desta cláusula.

8.8. O **CONTRATANTE**, a cada pagamento, realizará consulta ao SICAF e à Justiça do Trabalho, para verificar a manutenção das condições de habilitação e regularidade trabalhista, fiscal e previdenciária;

8.9. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** na pendência de qualquer das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alterações de preços ou compensação financeira:

a) atestação de conformidade do serviço executado, devendo, para isso, ser apresentado relatório detalhado e demais elementos que registrem a quantidade e tipos de serviços executados;

b) comprovação da regularidade desta perante o Instituto Nacional de Seguridade Social, o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, a Fazenda Nacional (Receita Federal e Procuradoria de Fazenda Nacional) e as Fazendas Estadual e Municipal (do domicílio ou sede da **CONTRATADA**);

c) comprovação da inexistência de débitos pela **CONTRATADA** perante a Justiça do Trabalho;

d) cumprimento de obrigação contratual.

8.10. O **CONTRATANTE** pode deduzir dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nos termos fixados nos artigos 368 a 380 da Lei nº 10.406/2002, e nos casos de insuficiência de garantia à execução do contrato, quaisquer valores correspondentes à multas e/ou indenizações/ressarcimentos aplicados a esta;

8.11. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devida compensação financeira, apurada a partir da data de seu vencimento até a do efetivo pagamento, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) / 365	I = 0.00016438
----------	-------------------	----------------

TX = Percentual da taxa anual = 6%

8.12. As parcelas serão liberadas pelo **CONTRATANTE**, em conformidade com o cronograma físico-financeiro, anexo II deste contrato;

8.13. Poderá ser retido o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de trabalhos defeituosos;

8.14. Para garantia do cumprimento das obrigações atinentes ao saneamento de pendências eventualmente encontradas após o recebimento provisório, será subtraído da última parcela o valor referente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, a ser pago após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

8.15. Havendo antecipação do prazo de conclusão de cada etapa, a **CONTRATADA** poderá apresentar a fatura correspondente para o devido pagamento;

8.16. Quando da realização do pagamento, o **CONTRATANTE** reterá a contribuição previdenciária incidente sobre o contrato e apurada com base nas normas regedoras da matéria;

8.17. Serão igualmente retidos os tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430 de 27/12/96, publicado no D.O.U de 30/12/96;

8.18. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem cópia do termo de Opção do Simples ou FCPJ (ficha de cadastro de pessoa jurídica) e declaração.

8.19. Por ocasião da apresentação de faturas, deverá a **CONTRATADA** entregar ao **CONTRATANTE**, juntamente com as Notas Fiscais, os seguintes documentos:

8.19.1. EM TODAS AS FATURAS:

- Comprovantes de regularidade fiscal/previdenciária e do FGTS da Contratada;
- Certidão negativa de débitos trabalhistas;
- Extrato comprobatório de recolhimento das contribuições previdenciárias;
- Extrato comprobatório de depósito do FGTS;
- Guia de recolhimento do FGTS quitada;
- Guia de recolhimento das contribuições previdenciárias quitada;
- Folha de pagamento;
- Comprovante de quitação dos salários (contracheque ou depósito), bem como de férias e 13º salário;
- 2ª via das folhas do Diário de Obra (recolhidas pela Fiscalização no dia da medição).

8.19.2. SOMENTE NA PRIMEIRA FATURA:

8.19.2.1. ART ou RRT do responsável técnico pela execução da obra. Se houver substituição do profissional no decorrer da obra, a ART/RRT também deverá ser substituída com o correspondente cancelamento da anterior no conselho profissional;

8.19.2.2. comprovante de inscrição no CNO (cadastro nacional de obras, gerenciado pela RFB).

8.19.3. SOMENTE NA ÚLTIMA FATURA

8.19.3.1. Projeto "as built", somente quando existirem alterações de projeto durante a obra.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9. O **CONTRATANTE** obriga-se a:

9.1. Promover, por intermédio do(a) servidor(a) especialmente designado(a), o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, cumprindo observar:

a) o representante do **CONTRATANTE** anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas;

b) as decisões e providências que ultrapassem a competência do representante do **CONTRATANTE** deverão ser solicitadas ao seu superior, em tempo hábil, para adoção das medidas necessárias.

9.2. Notificar, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo da nota fiscal/fatura, a **CONTRATADA**, para sanar as irregularidades eventualmente verificadas, ficando suspenso o prazo para ateste da nota fiscal até o saneamento das irregularidades;

9.3. A **FISCALIZAÇÃO** terá plena autoridade para suspender total ou parcialmente a execução dos serviços sempre que julgar conveniente, por razões técnicas, disciplinares ou outras, sem prejuízo das penalidades aplicáveis à **CONTRATADA** e sem que tenha direito a qualquer indenização;

9.4. Permitir o acesso dos empregados da **CONTRATADA** nas áreas diretamente relacionadas aos serviços contratados, de acordo com as normas vigentes de segurança deste Tribunal;

9.5. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no presente contrato e no cronograma físico-financeiro, parte integrante e complementar deste instrumento (Anexo II deste instrumento);

9.6. Observar, durante a vigência do contrato, o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, a fim de que se mantenham todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Projeto Básico e no ato convocatório da licitação que lhe deu origem (Concorrência TRE-GO nº 90002/2024);

9.7. Rejeitar a prestação total do serviço por terceiros, podendo, nos termos do Projeto Básico, Anexo I do Edital de Concorrência TRE-GO nº 90002/2024, autorizar a subcontratação parcial dos serviços, até o limite de **40% (quarenta por cento)** do valor global da obra, cabendo, à **SUBCONTRATADA**, o cumprimento de todas as condições de habilitação exigidas no edital da licitação que resultou na celebração do presente contrato.

9.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.9. A Administração terá o prazo de **60 (sessenta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**.

9.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10. A **CONTRATADA** obriga-se a:

10.1. Executar fielmente todas as obrigações e deveres assumidos no presente instrumento, de acordo com as especificações, descrições, detalhamentos, quantitativos e condições constantes do Projeto Básico, Anexo I do Edital de Concorrência TRE-GO nº 90002/2024, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro,

planilha demonstrativa de BDI, Curva ABC de Insumos e demais documentos disponibilizados no sítio do TRE/GO (www.tre-go.jus.br/licitacoes/transparencia/licitacoes-e-contratos/concorrencias), bem como o definido na proposta firmada pela **CONTRATADA** em 09/02/2026.

10.2. Iniciar a execução dos serviços contratado na data especificada na Ordem de Serviço – OS, respondendo pelas consequências da inexecução total ou parcial;

10.3. providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo representante do **CONTRATANTE**, quanto à execução dos serviços contratados e referentes ao cumprimento/descumprimento de cláusulas contratuais, refazendo/sanando as inadequações sem ônus adicional ao **CONTRATANTE**;

10.4. manter preposto, aceito pelo **CONTRATANTE**, portador de procuração com poderes específicos para representar a empresa na execução do presente Ajuste e acessível a quaisquer chamadas relativas ao serviço contratado, nos termos do artigo 118 da Lei nº 14.133/21;

10.5. observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais que, direta ou indiretamente, sejam aplicáveis ao objeto deste contrato e à segurança pública, bem como as normas técnicas da ABNT e exigências do CREA local, inclusive quanto aos serviços executados por seus subcontratados;

10.6. acatar as exigências dos Poderes Públicos, principalmente as referentes ao adicional de insalubridade e periculosidade e pagar, às suas custas, multas e demais encargos que lhes sejam impostos pelas autoridades;

10.7. apresentar ao **CONTRATANTE**, no dia da reunião de partida, o recolhimento junto ao CREA da Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica – ART/RRT de execução da obra;

10.8. garantir os serviços objeto da obra pelos prazos estipulados pela Norma NBR 15575/2013, contando-se estes prazos a partir da data de entrega da obra consignada no Termo de Recebimento Definitivo;

10.9. atender durante o período de garantia, os chamados da Coordenadoria de Engenharia e Infraestrutura do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sob pena de sofrer as penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/21;

10.10. responder pessoal, direta e exclusivamente pelas reparações decorrentes de acidentes de trabalho na execução do serviço contratado, uso indevido de marcas e patentes e danos pessoais ou materiais causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, mesmo que ocorridos em via pública, devendo ser adotadas, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, as providências necessárias ao integral ressarcimento;

10.11. fornecer e instalar a placa da obra, conforme especificado no caderno de especificações técnicas, com antecedência mínima de **01 (um) dia** do efetivo início da obra;

10.12. responsabilizar-se pela integridade das instalações e equipamentos, respondendo pela destruição ou danificação de qualquer de seus elementos, seja resultante de ato de terceiros, caso fortuito ou força maior;

10.13. responder pelos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, sociais e comerciais referentes à execução dos serviços contratados;

10.14. executar os serviços dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido, ressaltando que períodos chuvosos e dificuldades na contratação de mão de obra, quando não forem considerados fatos excepcionais ou imprevisíveis, não darão ensejo à alteração do prazo contratual, em face do princípio da legalidade;

10.15. fornecer ao TRE/GO a relação nominal e identificação de todo o pessoal envolvido diretamente na execução da obra, bem como meios de localização do Responsável Técnico, não só em dias e horários úteis, mas também em finais de semana e feriados;

10.16. fornecer aos empregados botas, óculos, capacetes e luvas, e todos os equipamentos de proteção individual - EPI's e EPC's (equipamentos de proteção coletiva) legalmente exigidos e/ou conforme a natureza das tarefas a serem executadas, bem como todo o material necessário à plena execução dos serviços, exigindo-lhes o seu uso, e quando for o caso, afastar aqueles que se negarem a usá-los;

10.17. responder perante o **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes às parcelas objeto de eventual subcontratação, sendo, toda controvérsia relativa à subcontratação, resolvida diretamente entre as duas empresas;

10.18. garantir os serviços em conformidade com a legislação em vigor e especificações e prazos contidos no Projeto Básico, Anexo do Edital de Concorrência TRE-GO nº 90002/2024;

10.19. registrar e obter toda a documentação exigida pela Prefeitura e demais órgãos para a plena implementação, andamento e conclusão da obra a ser executada, sendo as despesas de responsabilidade da **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

10.20. retirar da obra, imediatamente após a comunicação da **FISCALIZAÇÃO**, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado que, segundo a **FISCALIZAÇÃO**, e devidamente justificado por esta, tenha praticado conduta nociva ou demonstrado incapacidade técnica;

10.21. promover meticoloso controle de qualidade dos materiais e serviços executados, facultando à **FISCALIZAÇÃO** o acesso a todas as fases dos serviços e, do mesmo modo, facilitando seu ingresso em oficinas, depósitos, armazéns ou dependências onde se encontrem materiais destinados à construção;

10.22. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no Edital de Concorrência TRE-GO nº 90002/2024;

10.23. disponibilizar, no mínimo, uma vaga para presos, egressos do sistema carcerário e cumpridores de medidas e penas alternativas, nos termos da Resolução TRE/GO nº 267/2017, de 24/07/2017;

10.24. apresentar, quando da emissão de fatura/nota fiscal, relatório e demais elementos que registrem a quantidade e tipos de serviços executados;

10.25. observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução nº 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme art. 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a **CONTRATADA** deverá providenciar a destinação ambiental adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação. Em nenhuma hipótese, a **CONTRATADA** poderá dispor dos resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota-fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por lei, bem como áreas não licenciadas.

10.26. instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a **CONTRATADA** relatar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar **desvio de função**;

10.27. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.28. resguardar os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do **CONTRATANTE**, sob pena e multa, sem prejuízos das sanções civis e penais cabíveis;

10.29. promover a organização técnica e administrativa das atividades, de modo a conduzi-las eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram e fundamentam o Projeto Básico e este Contrato, no prazo determinado;

10.30. apresentar **DIÁRIO DE OBRA**, sendo de responsabilidade do engenheiro da obra mantê-lo devidamente preenchido e atualizado, de forma clara e legível. O cumprimento deste encargo será verificado pela **FISCALIZAÇÃO** a cada visita à obra, quando todas as folhas ainda não vistas serão lidas e rubricadas pelos fiscais, procedendo-se às anotações que julgarem necessárias sobre o período. Deverá ser anotado no Diário de Obra, além de todos os serviços executados no dia, as ocorrências, falhas detectadas ou quaisquer fatos que exijam medidas corretivas pelas partes. Caso a **CONTRATADA** não esteja procedendo ao preenchimento do Diário de Obra, incluindo-se a assinatura do Responsável Técnico, a **FISCALIZAÇÃO** poderá aplicar as sanções previstas no artigo 156, da Lei nº 14.133/21. Todas as folhas do livro Diário de Obra deverão ser carimbadas e assinadas pelo Responsável Técnico (RT) da obra. É obrigatório constar no Diário de Obra todos os dias trabalhados, não se fazendo necessária a anotação em folha naqueles dias em que não houver labor, tais como sábados, domingos e feriados.

10.31. não contratar durante a vigência desta avença empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados a este Tribunal;

10.32. A **CONTRATADA** deverá fornecer produtos de qualidade, conforme especificado no Projeto Básico, Anexo I da Concorrência TRE-GO nº 02/2024, que serão fiscalizados pelo **CONTRATANTE**, ficando-lhe reservado o direito de exigir a substituição imediata dos que se encontrarem com baixa qualidade e/ou em desconformidade com o especificado;

10.33. A **CONTRATADA** operará como prestadora de serviços e, conseqüentemente, os profissionais que alocar para a execução dos serviços objeto deste instrumento não terão vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**, sendo remunerados diretamente pela **CONTRATADA**, que será inteiramente responsável por todos os

encargos e ônus previstos nas legislações vigentes trabalhista, previdenciária, fiscal e social, como única empregadora da mão de obra utilizada para os fins estabelecidos no presente contrato;

10.34. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **CONTRATANTE**, nem pode onerar o presente contrato;

10.35. O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento, bem como a manutenção da **CONTRATADA** em situação irregular junto às obrigações fiscais e trabalhistas poderá configurar, conforme o caso, inexecução total ou parcial do contrato, podendo implicar em rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no presente instrumento e demais cominações legais;

10.36. A **CONTRATADA** não poderá colocar à disposição do **CONTRATANTE**, para ocupar função de chefia no desempenho da execução dos serviços contratados, pessoa que tenha sido condenada em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos seguintes casos:

10.36.1. atos de improbidade administrativa;

10.36.2. crimes:

a) contra a administração pública;

b) contra a incolumidade pública;

c) contra a fé pública;

d) hediondos;

e) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

f) de redução de pessoa à condição análoga à de escravo;

g) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

h) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

10.36.3. na mesma proibição incidem aqueles que tenham:

a) praticado atos causadores da perda do cargo ou emprego público;

b) sido excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente;

c) suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente;

10.36.4. não se aplicam as vedações acima discriminadas quando o crime tenha sido culposo ou considerado de menor potencial ofensivo;

10.37.5. deixam de incidir as vedações acima descritas depois de decorridos 05 (cinco) anos da:

a) extinção da punibilidade do crime respectivo, salvo em caso de absolvição pela instância superior, que retroagirá para todos os efeitos;

b) decisão que tenha ocasionado a exclusão do exercício profissional, a perda do cargo ou emprego público;

c) rejeição das contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas;

d) cessação dos efeitos da suspensão dos direitos políticos.

10.37.6. Caso a execução do presente instrumento exija a disponibilização de empregado da **CONTRATADA** para desempenhar função de chefia, sua designação deverá vir acompanhada de todos os documentos comprobatórios de que o mesmo não incide em nenhuma das vedações aqui tratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever da contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [\[A1\]](#)

11.7. A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), em valor correspondente a 5% (**cinco por cento**) do valor total do contrato, que deverá ser apresentada em até 5 (**cinco**) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento contratual.

12.2. A garantia prestada deverá vigor por todo o período de execução do contrato, que se encerra com o recebimento definitivo da obra, salvo se neste período o CONTRATANTE tiver instaurado processo administrativo destinado a apurar prejuízos, descumprimento contratual e/ou aplicar sanções à CONTRATADA, situação na qual, a garantia deverá vigor até a decisão final daquele processo administrativo, devendo, no caso de seguro garantia ou fiança bancária, o garantidor ou fiador ser comunicado da instauração daquele processo.

12.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

12.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 12.6. deste contrato.

12.5. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

12.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

12.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

12.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

12.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

12.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

12.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 12.17, observada a legislação que rege a matéria.

12.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

12.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

12.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil](#).

12.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

12.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da data em que for notificada.

12.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.15. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.16. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).

12.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

12.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

12.19. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

12.20. Além da garantia de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21](#), a presente contratação possui previsão de garantia contratual da obra, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a contratada que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

c) **Declaração de idoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

d) **Multa moratória de 0,666%** (zero vírgula seiscentos e sessenta e seis por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o limite de 10% (dez por cento), recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

e) **Multa compensatória de até 30%** (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUSTENTABILIDADE E DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. No tocante à sustentabilidade ressalta-se que a presente contratação contemplará ao máximo o reaproveitamento de materiais, principalmente elétricos, que estejam em estado razoável e possam ser reutilizados com segurança e que ainda possuam boa expectativa de vida útil.

14.2. A presente contratação engloba a substituição das luminárias convencionais por LEDs, reduzindo de maneira sensível o consumo de energia da edificação.

14.3. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

a. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

b. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da reforma, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

b.1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros (se existir) ou aterro indicado pela autoridade municipal;

b.2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

b.3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas e a autoridade municipal;

b.4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas e a autoridade municipal.

c. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

d. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, NBR 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

15.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.2. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do Contrato, no presente exercício, correrão por conta do Programa de Trabalho **02.122.0570.20GP.0052**, Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral no Estado de Goiás, natureza de despesa **339039**, Subitem **16**, Plano Interno: **GO RCARGOIS**, PTRES: **228452**, garantido mediante a emissão das notas de empenhos:

- **2024NE000575**, inscrita em Restos a Pagar;

- **2025NE000556**, também inscrita em Restos a Pagar.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

18.2. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

18.4. Conforme artigo 14, caput, do Decreto 7.983/2013, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da **CONTRATADA** em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

18.5. Conforme artigo 13, inciso II, do Decreto 7.983/2013, a **CONTRATADA** concorda com a adequação do projeto que integra o edital da licitação que deu origem a este instrumento, e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto que não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Goiânia/GO, Seção Judiciária de Goiás, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E por estarem deste modo acordadas, as partes mandaram redigir o presente instrumento, que, lido e achado conforme, será assinado pelos representantes dos contratantes, na forma digital, sendo anexada ao Processo SEI nº 25.0.000015459-0.

Gabinete da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, na data registrada na assinatura eletrônica.

Assinatura eletrônica

HUMBERTO VILANI

DIRETOR-GERAL DO TRE/GO

Em substituição

Assinatura eletrônica

GISELY DE SOUZA MOREIRA LIMA

GSM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.

ANEXO I
PROJETO BÁSICO

OBRA DE ENGENHARIA - REFORMA DO CARTÓRIO ELEITORAL DE GOIÁS

1 - OBJETO

1.1 - O presente documento tem por objeto estatuir as condições que presidirão a contratação de empresa de engenharia para executar a obra de engenharia de **Reforma do Cartório Eleitoral de Goiás, situado na Rua A Qd 19 It 02 St Aeroporto, Goiás - GO.**

1.2 - RESUMO: **Reforma do Cartório Eleitoral de Goiás**, conforme serviços previstos nos projetos, memorial descritivo e planilha orçamentária.

1.3 - Estas diretrizes juntamente com os seguintes documentos necessários à elaboração da proposta serão disponibilizados às LICITANTES no sítio eletrônico do TRE-GO (www.tre-go.jus.br), bem como no processo eletrônico SEI nº 24.0.000013073-3.

1.4 - A responsabilidade pelas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços (quantitativos) é exclusivamente da empresa fornecedora da proposta.

1.5 - Todas as LICITANTES deverão analisar os quantitativos apresentados na planilha orçamentária do TRE-GO, comparando-os com os projetos e verificando a sua conformidade. Caso alguma LICITANTE ou interessado tenha alguma discordância, deverá manifestar-se por escrito à Comissão de Licitação do TRE-GO para que, após análise, promova a correção, se for o caso, e comunique a modificação aos demais LICITANTES, de modo a promover a uniformização dos quantitativos das propostas.

1.6 - O regime de execução será **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, em que se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total, nos termos do que estabelece o art. 6º, inciso XXIX da Lei 14.133/2021. Para efeito de elaboração das propostas de preços, as LICITANTES deverão realizar seus próprios levantamentos, tendo em vista que os quantitativos da planilha orçamentária funcionam como elementos de referência, sujeitos à análise das LICITANTES e interessados. **A responsabilidade pelas quantidades (quantitativos) é da empresa fornecedora da proposta.** As discordâncias em relação à planilha orçamentária fornecida pelo TRE-GO deverão ser manifestadas à Comissão Permanente de Licitação até a data fixada no edital.

1.7 - Quaisquer solicitações de esclarecimento por parte das LICITANTES em relação aos projetos, às especificações técnicas, à planilha orçamentária e ao cronograma físico-financeiro deverão ser apresentadas à Comissão de Licitação.

1.8 - O preço a ser apresentado pelas LICITANTES para a execução dos serviços deverá ser na forma de empreitada por preço global, devendo ser declarada na proposta de preços a sua conformidade com o Projeto Básico, a aceitação de todas as disposições técnicas e que o valor da proposta inclui todas as despesas com materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, encargos sociais, tributos, plotagens e fretes.

2 - CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

2.1 - A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos, que deverão estar na ordem abaixo descrita:

2.1.1 - Certidão de registro e quitação - CRQ da empresa e de seus responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo;

2.1.2 - Certidão de Acervo Técnico - CAT emitida pelo CREA ou CAU que comprove que o(s) responsável(is) técnico(s) da LICITANTE executou(aram):

2.1.2.1 - Execução de obra de engenharia de Reforma ou Construção, destinada a fins comerciais ou públicos (administração pública), com área construída mínima de 500 (quinhentos) m²;

2.1.2.2 - Execução de instalações elétricas em baixa tensão em edificação destinada a fins comerciais ou públicos (administração pública);

2.1.2.3 - Execução de cobertura em estrutura metálica;

2.1.2.4 - Execução de piso em granitina;

2.1.3 - Atestado de Capacidade Técnico-Operacional que comprove que a LICITANTE executou(aram):

2.1.3.1 - Execução de obra de engenharia de Reforma ou Construção, destinada a fins comerciais ou públicos (administração pública), com área construída mínima de 500 (quinhentos) m²;

2.1.3.2 - Execução de instalações elétricas em baixa tensão em edificação destinada a fins comerciais ou públicos (administração pública);

2.1.3.3 - Execução de cobertura em estrutura metálica;

2.1.3.4 - Execução de piso em granitina;

2.1.4 - Declaração assinada pelo representante legal da empresa, de que:

a) todos os documentos necessários e suficientes para completa execução dos serviços, foram colocados à sua disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados, conforme Anexo 1;

b) a empresa está ciente de que é facultativa, mas recomendável uma visita técnica ao imóvel objeto dos serviços para conhecimento e levantamento das condições existentes, visando a subsidiar a elaboração da proposta para sua execução, sendo que a não realização desta visita não exime a empresa de assumir a responsabilidade pela correta elaboração da proposta, levando em consideração as condições existentes do imóvel, conforme Anexo 1;

a) Declaração assinada pelo representante legal da empresa, conforme Anexo 2, indicando do seu quadro permanente, no mínimo, 01 (um) responsável técnico, habilitado como engenheiro ou arquiteto, para acompanhar a execução dos serviços objeto desta licitação e que dispõe em seu quadro técnico de, pelo menos, um profissional capacitado para elaborar o plano de execução dos serviços, ou, em não possuindo, se compromete a contratá-lo para a execução desta tarefa.

b) Declaração de que dispõe de pessoal técnico capacitado para execução dos serviços, estando os técnicos devidamente registrados no CREA ou CAU, nos casos exigidos em lei;

3 - ORIENTAÇÃO GERAL E FISCALIZAÇÃO

3.1 - Será de responsabilidade da CONTRATADA:

a) Observar as leis e regulamentos referentes aos serviços e à segurança pública, bem como as normas técnicas da ABNT e exigências do CREA e CAU locais;

b) Acatar as exigências dos Poderes Públicos, principalmente as referentes aos adicionais de insalubridade e periculosidade e pagar, às suas custas, multas e demais encargos que lhes sejam impostos pelas autoridades.

3.2 - A CONTRATADA responderá pessoal, direta e exclusivamente pelas reparações decorrentes de acidentes de trabalho na execução dos serviços contratados, uso indevido de marcas e patentes e danos pessoais ou materiais causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, mesmo que ocorridos em via pública. Responsabilizar-se-á, igualmente, pela integridade das instalações e equipamentos, respondendo pela destruição ou danificação de qualquer de seus elementos, seja resultante de ato de terceiros, caso fortuito ou força maior;

3.3 - Os serviços não poderão ser iniciados antes da **reunião de partida**, na qual serão definidos os procedimentos gerenciais, diretrizes e normas adotadas pelo CONTRATANTE e CONTRATADA. Tal reunião deverá ocorrer antes da emissão da Ordem de Serviço e se realizará no edifício Anexo I do TRE-GO na sala da Seção de Obras e Projetos. Deverão estar presentes o representante da empresa contratada e o Responsável Técnico pela execução dos serviços. Nesta reunião será definida a data para início dos serviços, a ser informada à Administração do TRE-GO para a emissão da Ordem de Serviço. **Deverá ser fornecida e instalada a placa da obra, conforme especificado no memorial descritivo, com antecedência mínima de um dia do efetivo início dos serviços.** A Contratada será responsabilizada por qualquer notificação e/ou multa que vier a ser aplicada sobre algum dos responsáveis pela elaboração dos projetos e equipe de fiscalização pela falta de afixação da placa de obra antes de seu início;

- 3.4 - A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no dia da reunião de partida, o recolhimento junto ao CREA/CAU da Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica – ART/RRT de execução dos serviços;
- 3.5 - O CONTRATANTE poderá manter na obra engenheiros, arquitetos e prepostos seus, adiante designados FISCALIZAÇÃO, com autoridade para exercer, em seu nome a fiscalização da obra;
- 3.6 - As relações mútuas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA serão mantidas por intermédio da FISCALIZAÇÃO;
- 3.7 - Será a CONTRATADA obrigada a facilitar metucioso controle de qualidade dos materiais e serviços contratados, facultando à FISCALIZAÇÃO o acesso a todas as partes da obra. Obrigará-se, do mesmo modo, a facilitar a fiscalização em oficinas, depósitos, armazéns ou dependências onde se encontrem materiais destinados à reforma;
- 3.8 - O CONTRATANTE, por meio da FISCALIZAÇÃO, poderá não aceitar serviços em cuja execução não tenham sido observados os princípios da boa técnica e os preceitos estabelecidos nos projetos e memoriais descritivos, e fará demolir, por conta e risco da CONTRATADA, no todo ou em parte, os referidos serviços mal executados;
- 3.9 - No caso de não-atendimento, dentro do prazo de 48 horas, de qualquer reclamação sobre defeito em serviço executado ou material posto na obra, terá a FISCALIZAÇÃO, pelas normas aqui estabelecidas, plena autoridade para suspender total ou parcialmente os serviços da obra, sempre que julgar conveniente, por razões técnicas, disciplinares ou outras, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que tenha direito a qualquer indenização;
- 3.10 - Será a CONTRATADA obrigada a retirar da obra, imediatamente após comunicação da FISCALIZAÇÃO, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado seu que, a critério da FISCALIZAÇÃO, venha demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica;
- 3.11 - Em caso de divergência entre os elementos dos projetos, deverão ser observados os seguintes critérios:
- Divergências entre os espaços/desenhos de escalas diferentes, prevalecerão os de maior escala;
 - Divergências entre cotas assinaladas e suas dimensões em escala, prevalecerão as primeiras;
 - Divergências entre elementos não assinalados nos itens anteriores, prevalecerão o critério e a interpretação da FISCALIZAÇÃO, em cada caso;
 - Divergências entre memorial descritivo e o projeto prevalecerá o primeiro;
 - Toda e qualquer divergência observada **deverá ser comunicada à fiscalização do CONTRATANTE, por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da execução do serviço.**
- 3.12 - Todos os casos omissos nas especificações ou projeto serão esclarecidos e resolvidos formalmente de comum acordo com a FISCALIZAÇÃO;
- 3.13 - O CONTRATANTE se reservará o direito de reduzir, suprimir ou aumentar os serviços a serem executados, na ocorrência de fatos supervenientes, obedecendo aos preços unitários constantes da planilha orçamentária da proposta apresentada pela CONTRATADA por ocasião da licitação, até o limite dos percentuais estabelecidos pela Lei de Licitações;
- 3.14 A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a disposição final dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19/01/2010;
- 3.15 Todos os serviços deverão ser executados conforme os projetos, especificações técnicas e de acordo com as práticas de projeto, construção e manutenção de edifícios públicos federais e atos convocatórios da licitação, prevalecendo, no caso de eventuais divergências, as disposições estabelecidas pelo TRE-GO;
- 3.16 Os trabalhos deverão ser rigorosamente realizados em obediência às etapas estabelecidas nas Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais e no cronograma físico-financeiro, de modo a evoluírem gradual e continuamente em direção aos objetivos estabelecidos pelo TRE-GO, com a redução de riscos de perdas e refazimento de serviços.

4 - PROGRAMAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

- 4.1 - A CONTRATADA deverá planejar, assessorar e controlar a obra para que seja concluída satisfatoriamente, de acordo com o cronograma físico-financeiro vigente. A contagem do prazo contratual iniciar-se-á imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço.
- 4.2 - O cronograma físico-financeiro do TRE-GO poderá ser modificado pela CONTRATADA em função de proposta de reprogramação da obra, desde que aprovado pelo CONTRATANTE, mantendo-se o prazo máximo para conclusão da obra, bem como os percentuais de execução acumulados em cada etapa.
- 4.3 - Caberá à FISCALIZAÇÃO, com lastro no interesse público e embasada nas melhores práticas da engenharia, aprovar ou não a programação proposta para a execução dos serviços. Caso não haja entendimento entre a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA em relação à programação proposta, prevalecerá o cronograma físico-financeiro da licitação.
- 4.4 - A obra será executada de acordo com os planos de execução firmados entre a FISCALIZAÇÃO e a empresa executora. Esses planos serão apresentados em forma de cronograma físico-financeiro.
- 4.5 - O cronograma físico-financeiro apresentado na licitação funcionará como o plano inicial de execução da obra, podendo ser modificado, após a assinatura do contrato, por solicitação da CONTRATADA, mediante apresentação de proposta de modificação a ser aprovada pela equipe de fiscalização.
- 4.6 - Quanto às modificações do plano de execução da obra (cronograma) deverá ser observado que:
- Serão pagos somente serviços efetivamente executados e aprovados pela FISCALIZAÇÃO baseados em medições e averiguações técnicas, atribuindo sempre os valores e unidades constantes na planilha de preços original proposta na licitação para cada serviço;
 - As medições serão apresentadas a partir da planilha orçamentária fornecida à época da licitação, relacionando serviços, percentuais e valores, observado o estado em que se encontra a obra, pautando-se sempre pelo seu bom andamento e sob o jugo das melhores práticas de engenharia;
 - Não serão modificados os preços da proposta vencedora;
 - As modificações no cronograma serão restritas à ordem de execução dos serviços e ao parcelamento, não sendo possível alterar os percentuais de execução acumulados mensais, nem ampliar o prazo total de execução da obra e o seu preço global;
 - Nas reprogramações da obra deverão constar, sem quaisquer modificações, as etapas/parcelas que já tenham sido executadas e pagas;
- 4.7 - Deverá ser assegurada a correspondência direta e exata dos preços dos serviços e quantidades constantes em cada parcela/etapa com o respectivo valor a ser pago pela parcela.
- 4.8 - Caso a FISCALIZAÇÃO não aprove alguma proposta de modificação do plano vigente de execução da obra, prevalecerá o último planejamento estabelecido.
- 4.9 - As reprogramações do plano de execução não acarretarão quaisquer alterações no valor global da obra.

5 - ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1 - A disponibilização de materiais no canteiro de obras não implicará na possibilidade de pagamento correspondente por parte do TRE-GO.
- 5.2 - A CONTRATADA deverá apresentar sua planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro também em meio digital (além da versão impressa da licitação), via *e-mail*, à equipe de fiscalização.
- 5.3 - Iniciada a obra, deverá a CONTRATADA executá-la contínua e regularmente dentro do cronograma estabelecido. Ocorrido ou verificada a possibilidade de qualquer atraso nas etapas programadas, poderá a FISCALIZAÇÃO ordenar o aumento de pessoal e/ou do horário de trabalho, cabendo à CONTRATADA o ônus ou eventuais prejuízos daí decorrentes.
- 5.4 - Para a perfeita execução e completo acabamento dos serviços referidos no Projeto, a CONTRATADA se obriga, sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda a **assistência técnico/administrativa** necessária para imprimir andamento conveniente aos trabalhos.
- 5.5 - A direção geral da obra ficará a cargo de um ENGENHEIRO ou ARQUITETO, com a respectiva qualificação exigida em 2.1.2, devidamente registrado no respectivo conselho profissional, auxiliado por um Encarregado Geral de Obras, a fim de garantir a qualidade técnica final da obra, bem como atender, a qualquer tempo, as necessidades da FISCALIZAÇÃO, no que se refere ao gerenciamento da obra, prestando todos os esclarecimentos sobre o andamento dos serviços.
- 5.6 - DIÁRIO DE OBRA - O responsável técnico pela execução da obra deverá manter devidamente preenchido e atualizado, de forma clara e legível, o Diário de Obra. SUBEMPREITEIRAS – Em nenhuma hipótese será admitida a subcontratação de todos os serviços. Os serviços da planilha orçamentária poderão, mediante autorização prévia da Administração, ser parcialmente

subcontratados até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor global da obra. Os serviços a cargo de diferentes firmas contratadas serão articulados entre si, de modo a proporcionar o andamento mais harmonioso para a obra em seu conjunto, sob a coordenação da CONTRATADA, que se responsabilizará por todos os serviços.

5.7 - A CONTRATADA responderá por todo e qualquer serviço subcontratado, sendo toda controvérsia relativa a essa subcontratação resolvida entre as duas empresas.

5.8 - A CONTRATADA deverá fornecer ao TRE-GO a relação nominal e identificação de todo o pessoal envolvido diretamente na execução da obra, bem como meios de localização do Responsável Técnico, não só em dias e horários úteis, mas também em finais de semana e feriados.

5.9 - A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por seus subcontratados, bem como responderá ao CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

5.10 - Os pagamentos de encargos sociais, registros e demais exigências e tributos que incidirem sobre os serviços e pessoal serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA. Todas as despesas provenientes de serviços executados fora do horário de expediente normal de trabalho ficarão a cargo da CONTRATADA.

5.11 - O prazo para execução da obra será de **90 (noventa) dias** corridos, contados a partir da data de início estabelecida na **Ordem de Serviço** emitida pelo CONTRATANTE.

5.12 - As parcelas a serem pagas à CONTRATADA obedecerão às cláusulas contratuais e ao cronograma físico-financeiro apresentado por ocasião da licitação.

5.13 - O cronograma físico-financeiro poderá ser reformulado em função de motivos técnicos supervenientes devidamente justificados pela FISCALIZAÇÃO, vedada a antecipação de qualquer pagamento sem a respectiva execução do serviço.

5.14 - Evento natural como **"chuva"**, ocorrendo em períodos previsíveis para a região geográfica em que a obra será executada, **não se configura como justificativa para prorrogação do prazo previsto para execução dos serviços contratados.**

5.15 - Dificuldade na **contratação de mão de obra** também **não se configura como justificativa para prorrogação do prazo previsto para execução dos serviços contratados**, uma vez que a empresa assume, no momento da licitação, que possui pessoal qualificado e em número suficiente para a perfeita execução da obra.

5.16 - Havendo antecipação do prazo de conclusão de cada etapa, a CONTRATADA poderá apresentar a fatura correspondente para o devido pagamento.

5.17 - A CONTRATADA só pode iniciar os serviços compreendidos no Projeto Básico após a data estabelecida na Ordem de Serviço emitida pelo TRE-GO.

5.18 - A apresentação dos projetos e especificações por parte do CONTRATANTE não exige a CONTRATADA da execução de todos os serviços dentro da melhor técnica de construção, devendo eventuais necessidades de adequação serem submetidas à aprovação da FISCALIZAÇÃO em, no mínimo, 5 (cinco) dias antes da execução do respectivo serviço.

5.19 - Imediatamente após a assinatura do Contrato, deverão reunir-se a FISCALIZAÇÃO, os projetistas e a CONTRATADA para dirimir eventuais dúvidas remanescentes relativas aos projetos, especificações e memorial descritivo. Não será admitido atraso na obra sob a alegação de falhas nos projetos.

5.20 - À CONTRATADA caberá registrar e obter toda a documentação exigida pela Prefeitura e demais órgãos para a plena implementação, andamento e conclusão da obra a ser executada, sendo as despesas de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

6 - MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS

6.1 - Para a obra aqui descrita, caberá à CONTRATADA fornecer e conservar equipamentos mecânicos, ferramentas e os materiais necessários, bem como empregar mão de obra capacitada e idônea, de modo a reunir, permanentemente em serviço, uma equipe homogênea de operários e encarregados que assegurem a execução satisfatória dos serviços e conclusão da obra no prazo fixado em contrato.

6.2 - A CONTRATADA somente empregará na obra profissionais competentes, hábeis e disciplinados. Qualquer pessoa considerada incapaz ou inconveniente na realização dos serviços da obra será apontada pela FISCALIZAÇÃO, justificadamente ou não, e deverá ser imediatamente afastada dos serviços.

6.3 - Todos os materiais a serem empregados deverão ser de primeira qualidade e todos os serviços deverão ser executados em completa obediência aos princípios da boa técnica. Os serviços e materiais deverão satisfazer rigorosamente às **Normas Brasileiras e às especificações contidas nas Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais.**

6.4 - PRODUTOS EQUIVALENTES: Poderá ser admitida, a critério da FISCALIZAÇÃO, a utilização de materiais equivalentes aos especificados nos projetos e no memorial descritivo.

6.5 - A CONTRATADA deverá submeter à apreciação da FISCALIZAÇÃO, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência da realização do respectivo serviço, amostras dos protótipos, materiais e/ou acabamentos a serem aplicados, as quais poderão ser danificadas no processo de verificação. As despesas decorrentes de tal providência correrão por conta da CONTRATADA.

6.6 - A CONTRATADA somente poderá utilizar-se de qualquer material depois de submetê-lo ao exame e aprovação da FISCALIZAÇÃO, a quem caberá aprovar ou, quando em desacordo com as especificações, impugnar seu emprego.

6.7 - Poderá ser solicitada a demolição ou substituição com o refazimento do serviço às expensas da CONTRATADA, de qualquer peça, material ou equipamento empregado na obra sem a autorização da FISCALIZAÇÃO.

6.8 - Cada lote ou partida de material deverá, além de outras constatações, ser entregue de acordo com a respectiva amostra previamente aprovada pela FISCALIZAÇÃO.

6.9 - As amostras e protótipos deverão ser entregues à FISCALIZAÇÃO e, caso aprovados, ficarão retidos para conferência posterior.

6.10 - Será expressamente proibido manter no recinto da obra quaisquer materiais que não satisfaçam às especificações.

6.11 - Obriga-se a CONTRATADA a retirar do recinto da obra os materiais porventura impugnados pela FISCALIZAÇÃO dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da anotação correspondente no Diário de Obra.

6.12 - A FISCALIZAÇÃO poderá exigir nota fiscal dos materiais a serem utilizados na obra para fins de verificação.

6.13 - É obrigação da CONTRATADA manter os operários devidamente munidos de equipamentos de proteção individual (EPI's) necessários à sua segurança, tais como: botas, óculos, capacetes e luvas, dentre outros, e também a instalação de adequados sistemas de proteção coletiva, bem como atender às normas de segurança do Ministério do Trabalho, em especial às NR 9, NR 10, NR 18 e NR 35.

6.14 - A CONTRATADA deverá disponibilizar vagas para presos, egressos do sistema carcerário e cumpridores de medidas e penas alternativas, quando da execução do contrato, nas seguintes proporções:

a) 5% (cinco por cento) das vagas quando da contratação de vinte ou mais trabalhadores;

b) Uma vaga, quando da contratação de seis a dezenove trabalhadores, facultada a disponibilização de vaga para as contratações de até 5 (cinco) trabalhadores.

6.15 - A CONTRATADA deverá disponibilizar as vagas no Portal de Oportunidades do Projeto Começar de Novo, no sítio do CNJ, na rede mundial de computadores.

7 - PAGAMENTOS, APRESENTAÇÃO DAS FATURAS E DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE

7.1 - Por ocasião da apresentação de faturas, deverá a CONTRATADA apresentar à FISCALIZAÇÃO, juntamente com a Nota Fiscal, os seguintes documentos:

7.1.1 - EM TODAS AS FATURAS

a) Comprovantes de regularidade fiscal/previdenciária e do FGTS da Contratada;

b) Certidão negativa de débitos trabalhistas;

c) Extrato comprobatório de recolhimento das contribuições previdenciárias;

d) Extrato comprobatório de depósito do FGTS;

e) Guia de recolhimento do FGTS quitada;

- f) Guia de recolhimento das contribuições previdenciárias quitada;
- g) Folha de pagamento;
- h) Comprovante de quitação dos salários (contracheque ou depósito), bem como de férias e 13º salário;
- i) 2ª via das folhas do Diário de Obra (recolhidas pela Fiscalização no dia da medição).

7.1.2 - SOMENTE NA PRIMEIRA FATURA

- a) ART ou RRT do responsável técnico pela execução da obra. Se houver substituição do profissional no decorrer da obra, a ART/RRT também deverá ser substituída com o correspondente cancelamento da anterior no conselho profissional;
- b) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Obras - CNO.

7.1.3 - SOMENTE NA ÚLTIMA FATURA

- a) Projeto "*as built*", somente quando existirem alterações de projeto durante a obra.

8 - ACEITAÇÃO E CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS

8.1 - Os serviços que, a critério da FISCALIZAÇÃO, forem rejeitados por ocasião da vistoria para o recebimento provisório deverão ser refeitos em, no máximo, 15 (quinze) dias corridos, ficando, durante este período, suspenso o prazo contratual de execução até a sua conclusão em conformidade com os projetos e especificações. **O Termo de Recebimento Provisório será emitido somente após a inexistência de pendências;**

8.2 - Para garantia do cumprimento das obrigações atinentes ao saneamento de vícios eventualmente encontrados após o recebimento provisório, será subtraído da última parcela o valor referente ao percentual de 5% do Contrato, a ser pago no recebimento definitivo;

8.3 - A emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra ficará condicionada ao saneamento de vícios que porventura surjam após o Recebimento Provisório e à entrega do "*as built*" da obra (quando existirem alterações de projeto durante a execução da obra);

8.4 - A aceitação final da obra não acarretará, de modo algum, a exoneração da CONTRATADA e de seus técnicos em relação às responsabilidades civil e técnica por futuros eventos decorrentes ou relativos à execução dos serviços contratados dados como aceitos.

9 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1. Promover, por intermédio do(a) servidor(a) especialmente designado(a), o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021;
- 9.2. A FISCALIZAÇÃO terá plena autoridade para suspender total ou parcialmente a execução dos serviços sempre que julgar conveniente, por razões técnicas, disciplinares ou outras, sem prejuízo das penalidades aplicáveis à CONTRATADA e sem que tenha direito a qualquer indenização;
- 9.3. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA nas áreas diretamente relacionadas aos serviços contratados, de acordo com as normas vigentes de segurança deste Tribunal;

10 - GARANTIA DOS SERVIÇOS

10.1 - A CONTRATADA fica obrigada a garantir os serviços objeto da obra pelos prazos estipulados pela Norma NBR 15575/2013, contando-se estes prazos a partir da data de entrega da obra consignada no Termo de Recebimento Definitivo;

10.2 - Durante o período de garantia de que trata o subitem anterior, a Contratada deverá, sob pena de sofrer as penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, atender os chamados da Coordenadoria de Engenharia e Infraestrutura do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação oficial.

11 - NORMAS E PRÁTICAS COMPLEMENTARES A SEREM ATENDIDAS:

- a) Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais;
- b) Normas da ABNT e do INMETRO;
- c) Capítulo V, título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;
- d) Normas Regulamentadoras – NR's, em especial NR18 e NR 35;
- e) Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;
- f) Instruções e Resoluções dos órgãos do sistema CREA-CONFEA;
- g) Instruções e Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça.

Goiânia, 02 de julho de 2024.

Luiz Fernando da Cruz

Chefe da Seção de Obras e Projetos

ANEXO II

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE OBRA (ID 1259018)

ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)			PREÇO TOTAL (R\$)			B01	0,24	PREÇO FINAL (R\$)			% CUMULATIVO EXECUTADO	% A EXECUTAR	Valor em Dinheiro	Remanescente em Obra	Total
						M.O.	Material	Total	M.O.	Material	Total			M.O.	Material	Total					
3.1.1.3.2.2	26555	AGETOP CIVIL	REBOCO PALUSTRA COMPROMISSANTE A-15 (10)	m²	79,84		15,67	8,10	25,59	1.248,66	796,25	2.038,20	498,41	1.553,21	2.536,70	100,00%	0,00%	1.123,23	711,23	2,2	
3.1.1.4																					
3.1.1.4.1	8613	SINAPI	FORRO EM PLACAS DE GESSO PARA AMBIENTES COMERCIAIS AF. 06/2023_P3	m²	8,85		18,24	18,43	36,67	176,03	177,88	353,89	86,53	219,06	440,43	0,00%	100,00%	176,03	177,88	44	
3.1.1.4.2	21508	AGETOP CIVIL	TABUA PARA FORRO DE GESSO COMUM	m	47,41		-	-	-	-	686,17	686,17	167,78	-	853,95	0,00%	100,00%	-	686,17	80	
3.1.1.5																					
INTERIAS																					
3.1.1.5.1																					
3.1.1.5.1.1	26130	AGETOP CIVIL	EMBRASSAMENTO COM MASSA PVA DUAS DEMAS	m²	887,77		7,87	1,83	9,80	4.781,88	1.175,91	5.957,60	1.456,76	5.950,92	7.414,36	50,00%	50,00%	2.390,85	587,95	3,2	
3.1.1.5.1.2	8889	SINAPI	PAINTURA LATEX ACRILICA PREMIUM APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, TETO E DEMAS AF. 06/2023	m²	887,77		3,62	6,33	9,95	2.308,58	3.886,75	6.050,31	1.478,43	2.738,64	7.529,74	0,00%	100,00%	2.308,58	3.886,75	7,5	
3.1.1.5.1.3	26130	AGETOP CIVIL	EMBRASSAMENTO COM MASSA PVA UMA DEMAS	m²	334,04		5,47	1,24	6,71	1.808,28	415,87	2.241,93	548,20	2.272,82	4.061,16	50,00%	50,00%	913,13	2.074,83	1,3	
3.1.1.5.1.4	26130	AGETOP CIVIL	EMBRASSAMENTO ACRILICO 1 DEMAS EM PAREDE	m²	72,86		8,53	2,68	9,21	419,20	195,04	617,84	164,28	592,64	1.036,12	50,00%	50,00%	238,10	97,82	4,1	
3.1.1.5.1.5	8888	SINAPI	PAINTURA LATEX ACRILICA PREMIUM APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMAS AF. 06/2023	m²	487,80		5,00	6,10	11,95	2.048,70	2.816,50	4.865,20	1.189,66	2.949,65	6.024,91	0,00%	100,00%	2.048,70	2.816,50	6,8	
3.1.1.5.2																					
3.1.1.5.2.1	8885	SINAPI	FUNDO SELADOR ACRILICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMAS AF. 06/2023	m²	331,15		1,47	2,05	3,52	458,87	677,90	1.164,44	294,73	605,47	1.449,58	0,00%	100,00%	458,87	677,90	1,4	
3.1.1.5.2.2	8886	SINAPI	TEXTURA ACRILICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMAS AF. 06/2023	m²	331,15		3,41	7,03	10,44	1.191,57	2.308,87	3.458,74	845,74	1.456,15	4.204,48	0,00%	100,00%	1.191,57	2.308,87	4,3	
3.1.1.5.2.3	6788	AGETOP CIVIL	TRATAMENTO DE CONCRETO APARENTE 2 DEMAS (COM PINTURA DE CIMENTO CP-350) BRANCO POLÍMEROS ACRILICOS/AGUA - TRACJO	m²	331,15		5,72	1,86	7,58	1.880,87	616,78	2.500,65	613,66	2.355,72	3.123,31	0,00%	100,00%	1.880,87	616,78	3,1	
3.1.1.6																					
ESQUADRIAS																					
3.1.1.6.1	108757	SINAPI	PERFURAÇÃO COM TALA ALUMINICA DE ACABAMENTO (JANELA SANTE TUDO ACSTRADO) P/ALVAREZA, SOBRES SUPERFÍCIES METÁLICAS (BONITO PORFURA EXECUTADO EM OBRA SE DEMAS) AF. 01/2023_P3	m²	3,43		19,33	24,33	43,66	68,31	83,44	149,74	36,62	82,52	186,36	0,00%	100,00%	66,31	83,44	11	
3.1.1.6.2	261009	AGETOP CIVIL	FUNDO PRIMEIR PARA SUSTRUTURA METALICA (2 DEMAS)	m²	3,73		3,26	7,08	10,28	11,60	26,41	38,33	9,37	14,83	47,70	0,00%	100,00%	11,60	26,41	7	
3.1.1.7																					
ISOLACAO																					
3.1.1.7.1	9138	SINAPI	PORTA DE ALUMINIO DE ABRE E COM LAMBE, COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF. 03/2019	m²	14,83		8,62	690,33	698,96	144,85	11.987,61	13.742,47	2.871,29	180,27	14.613,75	0,00%	100,00%	144,85	11.987,61	14,6	
3.1.1.7.2	108461	AGETOP CIVIL	PORTA DE ABRE DE 01 FOLHA EM CHAPA METALICA P-15 OFERECIDAS	m²	3,43		37,22	403,18	440,40	107,88	1.382,90	1.515,58	368,37	158,88	1.746,83	0,00%	100,00%	127,86	1.382,90	1,8	
3.1.1.7.3	108113	AGETOP CIVIL	PORTA DE ABRE EM ALUMINIO ANODIZADO, 01 FOLHA COM VIDRO, COM FERRAGEM METALICA (M-1)	m²	3,43		34,38	601,45	635,83	117,81	2.062,90	2.180,90	533,28	146,74	2.714,18	0,00%	100,00%	117,81	2.062,90	2,7	
3.1.1.7.4	108145	SINAPI	SERRALHOSO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MCS	3,43		3.212,84	1.061,23	4.304,06	963,87	327,37	1.291,22	317,23	1.293,53	2.026,35	0,00%	100,00%	963,87	327,37	1,6	
3.1.1.8																					
GRANDE PROTEÇÃO																					
3.1.1.8.1	051-G	Pipete	GRADE 01	UN	2,00		272,10	807,80	1.080,02	584,20	1.615,80	2.160,04	528,18	677,27	2.688,22	0,00%	100,00%	544,20	1.615,80	2,6	
3.1.1.8.2	058-G	Pipete	GRADE 02	UN	2,00		246,80	552,67	797,57	491,00	1.084,16	1.515,15	375,38	611,06	1.910,52	0,00%	100,00%	491,00	1.084,16	1,9	
3.1.1.8.3	059-G	Pipete	GRADE 03	UN	2,00		215,70	433,54	650,29	431,01	887,07	1.305,08	318,02	529,51	1.618,60	0,00%	100,00%	431,01	887,07	1,6	
3.1.1.8.4	058-G	Pipete	GRADE 04	UN	2,00		186,67	337,74	524,41	333,35	1.015,48	1.348,83	329,82	414,86	1.478,65	0,00%	100,00%	333,35	1.015,48	1,6	
3.1.1.8.5	058-G	Pipete	GRADE 05	UN	2,00		289,80	689,25	979,25	205,01	686,23	925,25	223,87	273,81	1.131,58	0,00%	100,00%	205,01	686,23	1,1	
3.1.1.8.6	058-G	Pipete	GRADE 06	UN	2,00		130,39	490,03	550,92	260,79	841,08	1.101,85	265,43	324,56	1.371,28	0,00%	100,00%	260,79	841,08	1,3	
3.1.1.8.7	057-G	Pipete	GRADE 07	UN	1,00		182,14	315,12	497,26	162,14	315,12	497,26	164,87	315,12	497,26	0,00%	100,00%	162,14	315,12	0,3	
3.1.1.8.8	058-G	Pipete	GRADE 08	UN	1,00		6,72	38,14	45,86	6,72	38,14	45,86	11,21	8,35	57,27	0,00%	100,00%	6,72	38,14	0,1	
3.1.1.8.9	058-G	Pipete	GRADE 09	UN	2,00		13,67	68,80	72,47	13,67	68,80	72,47	37,58	24,03	102,88	0,00%	100,00%	13,67	68,80	0,1	
3.1.1.8.10	051-G	Pipete	GRADE 10	UN	2,00		91,87	308,93	398,80	181,88	613,87	797,81	193,08	228,92	1.026,80	0,00%	100,00%	181,88	613,87	0,3	
3.1.1.9																					
LOUÇA E METAS																					
3.1.1.9.1																					
LOUÇA																					
3.1.1.9.1.1	86472	SINAPI	VISAO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL PARA PISO SEM FLURO FRONTAL COM LOUÇA BRANCA SEM ASSENTO, INCLUIDO CONJUNTO DE LIGACAO PARA BANHA, SANITARIA AUXILIARES - FORNECIMENTO E INSTALACAO AF. 01/2026	UN	2,00		27,88	547,48	575,14	65,38	1.084,91	1.150,28	281,27	68,80	1.421,34	0,00%	100,00%	55,38	1.084,91	1,4	
3.1.1.9.1.2	108878	SINAPI	VISAO SANITARIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA, LOUÇA BRANCA - PADRÃO ALTO - FORNECIMENTO E INSTALACAO AF. 01/2026	UN	1,00		31,17	456,22	487,39	31,17	456,22	487,39	119,18	38,80	606,57	0,00%	100,00%	31,17	456,22	0,6	
3.1.1.9.1.3	27168	AGETOP CIVIL	BANDEJA DE GRANITO D'ESPILHO	m²	5,16		41,81	384,84	426,61	215,78	1.881,30	2.097,08	512,78	268,50	2.609,86	0,00%	100,00%	215,78	1.881,30	2,6	
3.1.1.9.1.4	8888	SINAPI	CUBA DE GRANITO E SIFÃO TPO GARFAPA EM METAL COMUM - FORNECIMENTO E INSTALACAO AF. 01/2026	UN	2,00		28,48	316,63	345,09	65,38	949,39	1.035,27	253,15	1.288,42	0,00%	100,00%	65,38	949,39	1,9		
3.1.1.9.2																					
METAS																					
3.1.1.9.2.1	108870	SINAPI	BARRA DE APOIO SETA, EM ALUMINIO, COMPROMETIDO 90 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALACAO AF. 01/2026	UN	6,00		20,91	216,17	237,09	105,48	1.287,05	1.422,53	347,84	156,16	1.770,37	0,00%	100,00%	125,48	1.287,05	1,7	
3.1.1.9.2.2	108871	SINAPI	BARRA DE APOIO SETA, EM ALUMINIO, COMPROMETIDO 70 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALACAO AF. 01/2026	UN	2,00		20,91	234,49	255,41	41,83	468,89	510,82	124,91	52,05	615,72	0,00%	100,00%	41,83	468,89	0,3	
3.1.1.9.2.3	108872	SINAPI	BARRA DE APOIO SETA, EM ALUMINIO, COMPROMETIDO 80 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALACAO AF. 01/2026	UN	4,00		20,91	246,19	267,11	83,65	884,77	1.068,42	261,25	104,11	1.235,67	0,00%	100,00%	83,65	884,77	1,1	
3.1.1.9.2.4	8894	SINAPI	TORNILHEIRO CROCHADA 1/2" OU 3/4" PARA TANGUE - PADRÃO MEDIO - FORNECIMENTO E INSTALACAO AF. 01/2026	UN	2,00		3,35	98,39	101,73	6,78	195,77	203,47	49,75	8,33	253,22	0,00%	100,00%	6,78	195,77	0,1	
3.1.1.9.2.5	8895	SINAPI	TORNILHEIRO CROCHADA DE BESA, 1/2" OU 3/4" PARA LAVATORIA, PADRÃO MEDIO - FORNECIMENTO E INSTALACAO AF. 01/2026	UN	2,00		2,11	146,68	148,79	4,22	303,37	299,59	72,77	5,26	370,35	0,00%	100,00%	4,22	303,37	0,1	
3.1.1.9.2.6	8887	SINAPI	REGISTRO DE GAVETA BRILHO LATADO, ROSCAGEM 3/4" COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALACAO AF. 06/2021	UN	3,00		6,87	84,86	71,33	20,91	193,98	215,99	52,33	24,91	266,32	0,00%	100,00%	20,91	193,98	0,2	
3.1.1.9.3																					
ACESSORIOS																					
3.1.1.9.3.1	82544	SINAPI	GRANDE DE PAREDE EM METAL CROMADO SEM TAPPA, INCLUIDO FIXAÇÃO AF. 01/2026	UN	3,00		6,97	30,40	27,37	20,91	61,20	82,15	20,08	26,02	102,18	0,00%	100,00%	20,91	61,20	0,1	
3.1.1.9.3.2	82547	SINAPI	SABONETEIRA PLASTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO COM RESERVATÓRIO 800 ML INCLUIDO FIXAÇÃO AF. 01/2026	UN	3,00		6,97	78,50	83,90	20,91	239,80	251,71	61,55	26,02	313,25	0,00%	100,00%	20,91	239,80	0,1	
3.1.1.9.3.3	108849	SINAPI	ASSIENTO SANITARIO CONVENCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALACAO AF. 01/2026	UN	2,00		3,37	30,39	33,76	6,78	60,77	67,52	16,51	8,39	84,03	0,00%	100,00%	6,78	60,77	0,1	
3.1.1.10																					
INSTALACAO HIDROSANITARIAS																					
3.1.1.10.1																					
HIDROVALVA																					
3.1.1.10.1.1	1370	SINAPI	DUPLICA HIDROVALVA PLASTICA COM REGISTRO METALICO 1/2"	UN	3,00		-	83,08	83,08	-	249,25	249,25	60,95	-	310,20	0,00%	100,00%	-	249,25	3,1	
3.1.1.10.1.2	8884	SINAPI	JOLHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE AGUA - FORNECIMENTO E INSTALACAO AF. 06/2022	UN	93,00		-	4,58	3,01	7,59	54,91	38,13	93,04	22,26	68,14	113,30	100,00%	0,00%	-	-	-
3.1.1.10.1.3	8884	SINAPI	LUVA, PVC, SOLDAVEL, EM RAMAL, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUICAO DE AGUA - FORNECIMENTO E INSTALACAO AF. 06/2022	UN	3,00		2,72	2,43	5,15	8,16	7,83	15,45	3,78	10,16	19,24	100,00%	0,00%	-	-	-	
3.1.1.10.1.4	8885	SINAPI	TUBO, PVC, SOLDAVEL, EM RAMAL, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE AGUA - FORNECIMENTO E INSTALACAO AF. 06/2022	M	16,80		11,48	7,45													

ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)			PREÇO TOTAL (R\$)			BDI	0,24	PREÇO FINAL (R\$)		% CUMULATIVO EXECUTADO	% A EXECUTAR	Remanescente em Obra		Total
						M.O.	Material	Total	M.O.	Material	Total			M.O.	Total			Valor em Obra	Material	
3.2.2.3.3	8273	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO BORDA LATA EXTRA DE DIMENSÕES IGUAIS EM PLACAS NA ALTURA INTERNA DAS PAREDES. AF_ 002923_PE	m²	88,70		16,76	32,84	49,61	1.487,70	2.887,02	4.384,72	1.072,16	1.853,47	5.456,58	95,00%	5,00%	74,28	144,85	33
INTERIORS																				
3.2.2.4.1															2.821,31					
3.2.2.4.1.1	261301	AGESTOP CIVIL	EMBRASAMENTO COM MASSA PVA LIMA DEMÃO	m²	22,21		5,47	1,24	6,71	121,43	37,84	149,06	36,45	153,12	185,51	50,00%	50,00%	60,71	13,82	1
3.2.2.4.1.2	261302	AGESTOP CIVIL	EMBRASAMENTO ACRÍLICO 1 DEMÃO EM PAREDE	m²	88,36		6,53	2,68	9,21	576,65	236,90	813,55	198,93	717,66	1.012,49	50,00%	50,00%	289,33	118,45	56
3.2.2.4.1.3	88488	SINAPI	PLACA LATEX ACABADA EM BRANCO COM TÊXTO, DUAS DEMÃOS. AF_ 042923	m²	119,38		5,08	6,80	11,91	655,11	783,17	1.338,28	322,35	690,85	1.649,83	0,00%	100,00%	155,11	783,17	1,6
INTERIORS																				
3.2.2.4.2	88485	SINAPI	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, LIMA DEMÃO AF_ 002923	m²	4,10		1,47	2,05	3,52	6,05	8,43	14,49	3,54	7,53	18,03	0,00%	100,00%	6,05	8,43	1
3.2.2.4.2	88385	SINAPI	TEXTURA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, LIMA DEMÃO. AF_ 002923	m²	4,10		3,41	7,03	10,44	14,08	26,97	43,03	10,52	17,49	53,35	0,00%	100,00%	14,08	26,97	1
ESQUADRIAS																				
3.2.2.5.1	91338	SINAPI	PORTA DE ALUMÍNIO DE ABRIR COM LAMBE E COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 120219	m²	6,72		8,62	690,33	698,96	57,94	4.839,05	4.896,99	1.148,51	72,11	5.845,58	0,00%	100,00%	57,94	4.839,05	5,9
3.2.2.5.1.2	91341	SINAPI	PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VEDADA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 120219	m²	7,20		9,27	535,15	544,42	66,78	3.853,08	3.919,84	958,48	83,09	4.878,32	0,00%	100,00%	66,78	3.853,08	4,8
GRADE DE PROTEÇÃO																				
3.2.2.5.2	029-G	Projeto		UN	4,00		13,67	59,80	73,47	54,68	239,21	293,90	73,86	68,06	362,76	0,00%	100,00%	54,68	239,21	38
LOÇAS E METAS																				
3.2.2.6.1	108778	SINAPI	WAGO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPADA, LOUCA BRANCA - PADRÃO ALTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 019259	UN	4,00		31,17	456,23	487,39	124,69	1.824,87	1.949,56	476,71	155,18	2.425,37	0,00%	100,00%	124,69	1.824,87	2,4
3.2.2.6.1.2	271628	AGESTOP CIVIL	BANDEIRA DE GRANITO C/ESPALHO	m²	1,11		43,81	364,80	408,61	46,41	489,73	451,12	57,76	546,72	1.010,34	0,00%	100,00%	46,41	404,71	36
3.2.2.6.1.3	88038	SINAPI	CRUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUCA BRANCA, 35 X 30CM OU EQUIVALENTE, INCLUIDO MANTENHA E SERVIÇOS DE CARREGAR/EM METAL. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 019259	UN	3,00		28,48	316,03	344,50	65,38	949,80	1.035,27	253,15	106,26	1.288,42	0,00%	100,00%	65,38	949,80	1,3
3.2.2.6.1.4	108852	SINAPI	CRUBA DE EMBUTIR RECTANGULAR DE AÇO INOXIDAVEL, 48X36CM COM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 019259	UN	1,00		10,49	148,75	159,24	10,49	148,75	159,24	38,94	13,06	178,88	0,00%	100,00%	10,49	148,75	15
METAS																				
3.2.2.6.2	88687	SINAPI	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4" COM ACABAMENTO E CANELA OBRABOIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 002921	UN	4,00		6,07	64,86	71,33	26,69	258,64	285,32	60,77	3,21	355,09	0,00%	100,00%	26,69	258,64	25
3.2.2.6.2	88684	SINAPI	REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1/2" COM ACABAMENTO E CANELA OBRABOIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 002921	UN	4,00		5,01	58,79	64,30	5,01	58,79	64,30	15,72	88,51	80,02	0,00%	100,00%	5,01	58,79	4
3.2.2.6.2	88915	SINAPI	TORNHEIRA OBRABOIS DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 019259	UN	2,00		21,11	148,68	148,79	4,52	293,37	297,59	72,77	5,26	370,35	0,00%	100,00%	4,22	293,37	31
3.2.2.6.2	88909	SINAPI	TORNHEIRA OBRABOIS TUBEL DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO ALTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 019259	UN	1,00		3,67	130,66	134,62	3,67	130,66	134,62	32,92	4,57	167,53	0,00%	100,00%	3,67	130,66	13
3.2.2.6.2	88914	SINAPI	TORNHEIRA OBRABOIS 1/2" OU 3/4" PARA TANQUE, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 019259	UN	1,00		3,35	98,39	101,73	3,35	98,39	101,73	24,88	4,17	126,61	0,00%	100,00%	3,35	98,39	11
ACESSÓRIOS																				
3.2.2.6.3	85544	SINAPI	CHAVE DE PAREDE EM METAL OBRABOIS SEM TAMPA, INCLUIDO FIXAÇÃO. AF_ 019259	UN	4,00		6,07	30,40	27,27	27,87	81,80	109,47	26,77	24,69	109,47	0,00%	100,00%	27,87	81,80	11
3.2.2.6.3	85547	SINAPI	SABONETEIRA PLÁSTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO COM RESERVATÓRIO 800 A 1000 ML, INCLUIDO FIXAÇÃO. AF_ 019259	UN	3,00		6,07	76,83	83,90	27,87	220,80	251,71	61,55	26,02	313,25	0,00%	100,00%	26,02	230,80	31
3.2.2.6.3	85549	SINAPI	ACESSÓRIO SANITÁRIO CONDIÇÃO. - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 019259	UN	4,00		3,37	30,39	33,76	13,49	121,80	135,03	33,02	16,79	168,25	0,00%	100,00%	13,49	121,80	31
REDES																				
REDES NEURÓLOGICAS																				
3.2.2.7.1	1370	SINAPI	OLHO DE BOVINA PLÁSTICA COM REGISTRO METALICO 1/2" ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDAVEL, DN 25MM, 800	UN	4,00		-	83,08	83,08	-	332,33	332,33	81,26	-	413,60	0,00%	100,00%	-	332,33	41
3.2.2.7.1.2	88083	SINAPI	JUNTA ELÁSTICA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM RAMAL DE DESCARGA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 002922	UN	13,00		2,84	2,44	5,26	36,95	31,41	68,36	16,72	45,98	85,08	100,00%	0,00%	-	-	-
3.2.2.7.1.3	88082	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 002922	UN	24,00		4,58	3,01	7,59	108,83	72,35	182,08	44,52	136,68	226,60	100,00%	0,00%	-	-	-
3.2.2.7.1.4	88044	SINAPI	LUVA PVC, SOLDAVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 002922	UN	4,00		2,72	2,43	5,15	10,89	8,73	20,62	5,04	13,55	25,66	100,00%	0,00%	-	-	-
3.2.2.7.1.5	88058	SINAPI	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 002922	M	35,80		1,18	7,45	18,91	408,13	365,22	673,35	164,65	507,92	838,00	100,00%	0,00%	-	-	-
3.2.2.7.1.6	88440	SINAPI	TE. PVC, SOLDAVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 002922	UN	12,00		5,48	4,10	9,56	65,51	49,23	114,74	28,06	81,53	142,79	100,00%	0,00%	-	-	-
3.2.2.7.1.7	88073	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDAVEL, DN 25MM, X 1/2" INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 002922	UN	5,00		3,96	6,21	10,17	19,79	31,07	50,86	12,44	24,63	63,29	100,00%	0,00%	-	-	-
3.2.2.7.1.8	88066	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDAVEL, DN 25MM, X 3/4" INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 002922	UN	11,00		4,28	8,41	12,67	48,89	92,48	139,35	34,07	58,36	173,43	100,00%	0,00%	-	-	-
SANITÁRIOS																				
3.2.2.7.2	88748	SINAPI	CURVA CURTA 90 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 002922	UN	3,00		5,81	36,40	32,22	17,44	79,21	96,65	23,63	21,70	126,28	100,00%	0,00%	-	-	-
3.2.2.7.2	88728	SINAPI	CURVA CURTA 90 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 002922	UN	6,00		3,83	4,25	10,08	22,98	32,52	65,50	14,79	29,59	75,20	100,00%	0,00%	-	-	-
3.2.2.7.2	88750	SINAPI	CURVA LONGA 90 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 002922	UN	1,00		5,81	51,22	57,03	5,81	51,22	57,03	13,95	7,23	70,98	100,00%	0,00%	-	-	-
3.2.2.7.2	88725	SINAPI	CURVA LONGA 90 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 002922	UN	1,00		4,16	15,27	19,43	4,16	15,27	19,43	4,75	5,18	24,18	100,00%	0,00%	-	-	-
3.2.2.7.2	88746	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 002922	UN	2,00		5,81	16,35	22,17	11,62	32,71	44,33	10,84	14,47	55,17	100,00%	0,00%	-	-	-
3.2.2.7.2	88728	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 002922	UN	7,00		3,83	4,35	8,18	28,91	30,48	57,38	14,00	33,36	71,27	100,00%	0,00%	-	-	-

ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)			PREÇO TOTAL (R\$)			BDI	0,24	PREÇO FINAL (R\$)		% CUMULATIVO EXECUTADO	% A EXECUTAR	Remanescente em Obra		Total	
						M.O.	Material	Total	M.O.	Material	Total			M.O.	Total			Valor em Obra	Material		
3.2.2.7.2	88732	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 002922	UN	7,00		4,18	8,25	12,41		29,11	87,77	86,88	23,24	36,23	108,13	100,00%	0,00%	-	-	-
3.2.2.7.2	88746	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 002922	UN	1,00		5,81	15,76	21,57		5,81	15,76	21,57	5,27	7,23	26,85	100,00%	0,00%	-	-	-
3.2.2.7.2	88728	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 002922	UN	6,00		3,83	4,18	8,01		22,98	25,10	48,07	11,75	29,59	59,83	100,00%	0,00%	-	-	-
3.2.2.7.2	88731	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 002922	UN	2,00		4,18	7,73	11,89		8,32	15,46	23,78	5,81	10,35	29,59	100,00%	0,00%	-	-	-
3.2.2.7.2	104345	SINAPI	JUNTA DE ISOLAÇÃO RIVETADA, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 002922	UN	3,00		7,01	20,90	32,91		21,03	77,70	98,73	24,14	26,17	122,86	100,00%	0,00%	-	-	-
3.2.2.7.2	88752	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 002922	UN	10,00		2,54	3,39	5,93		25,45	33,88	59,33	14,51	31,67	73,94	100,00%	0,00%	-	-	-
3.2.2.7.2	88778	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 002922	UN	1																

4.7	SANT.1	Projeto	TAMBAHO DA M. 2026- TEXTO 7061006 - ESPECIFICAÇÃO	UN	1,00	-	41,50	41,55	-	41,50	41,55	10,16	-	51,70	0,00%	100,00%	-	41,55	1		
4.8	SANT.1	Projeto	PLACA - ACM - COR BRANCO - ESQUIT A PRETO - ESPECIFICAÇÃO TAMBAHO 181818M - TEXTO 7061006 - PLACA SANTAROS PORTA	UN	6,00	-	33,24	33,24	-	199,42	199,42	48,76	-	248,18	0,00%	100,00%	-	199,42	24		
4.9	SANT.2	Projeto	PLACA BRANCO - ACM - COR BRANCO - ESQUIT A PRETO - ESPECIFICAÇÃO TAMBAHO 2008 CM - TEXTO 7061006 - PLACA SANTAROS PARDE	UN	6,00	-	33,24	33,24	-	199,40	199,42	48,76	-	248,18	0,00%	100,00%	-	199,42	24		
4.10	31055	AGETOP CIVIL	TRANSPORTE DE ENTULHO EM CAÇAMBA ESTACIONÁRIA INCLUIDO A CAÇAMBA	m³	37,48	-	7,27	67,88	75,15	272,8	2.564,75	2.311,44	688,92	339,36	3.056,36	60,00%	40,00%	109,07	1.017,90	1,4	
4.11	B-0045	Projeto	BICULTRIL	UN	1,00	-	76,24	253,59	329,84	-	-	76,24	253,59	329,84	80,65	94,89	100,00%	100,00%	76,24	253,59	4,4
4.12	L-0026	Projeto	LUCRO	UN	1,00	-	95,87	437,06	532,93	-	-	95,87	437,06	532,93	123,08	113,09	100,00%	100,00%	95,87	437,06	6,0
5	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS										48.190,37										
5.1	REDES PRELIMINARES - ELÉTRICA E CABEAMENTO										28.943,99										

ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)			PREÇO TOTAL (R\$)			BDI	PREÇO FINAL (R\$)		% CUMULATIVO EXECUTADO	% A EXECUTAR	Remanescente da Obra			
						M.O.	Material	Total	M.O.	Material	Total		M.O.	Total			Mão de Obra	Material	Total	
5.1.1	8984	SINAPI	REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, COM SEÇÃO DE 10 MM², FORMA, SEM REAPROVEITAMENTO AF_03/2023	M	600,00	0,41	0,18	0,59	246,66	105,97	352,63	85,08	305,73	437,83	100,00%	0,00%	-	-	-	-
5.1.2	8986	SINAPI	REMOÇÃO DE LÂMPARAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO AF_03/2023	UN	31,00	1,05	0,44	1,49	32,60	13,69	46,29	11,32	45,57	57,61	100,00%	0,00%	-	-	-	-
5.1.3	8988	SINAPI	REMOÇÃO DE TRANSFORMADORES ELÉTRICOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO AF_03/2023	UN	100,00	0,38	0,18	0,55	58,60	36,49	95,09	20,32	70,44	103,41	100,00%	0,00%	-	-	-	-
5.2	REDE ELÉTRICA										28.943,99									
5.2.1	9167	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 80/10 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2023	M	100,00	0,89	3,11	4,00	89,11	310,89	399,80	97,76	110,90	497,56	0,00%	100,00%	89,11	310,89	46	
5.2.2	9167	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 80/10 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2023	M	100,00	0,89	3,11	4,00	89,11	310,89	399,80	97,76	110,90	497,56	0,00%	100,00%	89,11	310,89	46	
5.2.3	9167	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 80/10 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2023	M	100,00	0,89	3,11	4,00	89,11	310,89	399,80	97,76	110,90	497,56	0,00%	100,00%	89,11	310,89	46	
5.2.4	9169	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 80/10 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2023	M	100,00	1,20	4,70	5,90	119,82	470,45	590,27	144,28	148,87	734,36	0,00%	100,00%	119,82	470,45	71	
5.2.5	9169	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 80/10 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2023	M	100,00	1,20	4,70	5,90	119,82	470,45	590,27	144,28	148,87	734,36	0,00%	100,00%	119,82	470,45	71	
5.2.6	9169	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 80/10 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2023	M	100,00	1,20	4,70	5,90	119,82	470,45	590,27	144,28	148,87	734,36	0,00%	100,00%	119,82	470,45	71	
5.2.7	9169	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 80/10 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2023	M	100,00	1,20	4,70	5,90	119,82	470,45	590,27	144,28	148,87	734,36	0,00%	100,00%	119,82	470,45	71	
5.2.8	9169	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 80/10 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2023	M	100,00	1,20	4,70	5,90	119,82	470,45	590,27	144,28	148,87	734,36	0,00%	100,00%	119,82	470,45	71	
5.2.9	8000	SINAPI	TOMADA BARRA DE EMBUSTR (1 MÓDULO), 3P+1 10A, INCLUIDO SUPORTE E PLACA - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2023	UN	110,00	11,39	12,03	24,22	1.253,12	1.411,19	2.664,31	651,48	1.559,53	3.315,79	0,00%	100,00%	1.253,12	1.411,19	3,3	
5.2.10	8001	SINAPI	TOMADA BARRA DE EMBUSTR (1 MÓDULO), 3P+1 20A, INCLUIDO SUPORTE E PLACA - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2023	UN	10,00	11,39	14,35	25,75	113,82	144,19	257,46	62,96	141,78	203,43	0,00%	100,00%	113,82	144,19	3,3	
5.2.11	SCMS-05	Projeto	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHARRA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUSTR, COM BARRAMENTO TRANSVERSO, PARA 18 DELETADORES DE 100A - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2023	UN	1,00	295,84	7.686,00	7.982,74	295,84	7.686,00	7.982,74	1.947,06	368,18	9.950,89	0,00%	100,00%	295,84	7.686,00	9,9	
5.2.12	10183	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHARRA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUSTR, COM BARRAMENTO TRANSVERSO, PARA 18 DELETADORES DE 100A - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2023	UN	1,00	18,18	387,21	405,39	18,18	387,21	405,39	9,13	22,63	304,52	100,00%	0,00%	-	-	-	-
5.2.13	8854	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	30,00	18,83	5,78	24,61	564,78	173,41	738,19	180,50	702,88	918,69	0,00%	100,00%	564,78	173,41	9,0	
5.2.14	10181	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHARRA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUSTR, COM BARRAMENTO TRANSVERSO, PARA 40 DELETADORES DE 100A - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2023	UN	1,00	22,13	670,00	701,16	22,13	670,00	701,16	17,45	27,55	872,60	100,00%	0,00%	-	-	-	-
5.2.15	8854	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	30,00	18,83	5,78	24,61	564,78	173,41	738,19	180,50	702,88	918,69	0,00%	100,00%	564,78	173,41	9,0	
5.2.16	8854	SINAPI	DELETADOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2023	UN	30,00	1,46	7,74	9,20	43,83	232,17	276,01	67,49	54,55	341,50	0,00%	100,00%	43,83	232,17	3,4	
5.2.17	8855	SINAPI	DELETADOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2023	UN	15,00	2,04	8,16	10,20	30,59	122,47	153,06	37,43	38,07	190,46	0,00%	100,00%	30,59	122,47	1,8	
5.2.18	10185	SINAPI	DELETADOR TERMO-MAGNÉTICO TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2023	UN	2,00	40,80	276,00	317,00	81,60	502,40	634,00	155,03	101,55	799,03	0,00%	100,00%	81,60	502,40	7,8	
5.2.19	8870	SINAPI	DELETADOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2023	UN	2,00	5,13	50,76	55,89	12,25	101,20	113,78	27,82	15,25	141,60	0,00%	100,00%	12,25	101,20	1,4	
5.2.20	10186	SINAPI	DELETADOR TERMO-MAGNÉTICO TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL DE 200A - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2023	UN	1,00	40,80	430,00	470,86	40,80	430,00	470,86	115,14	50,78	586,00	0,00%	100,00%	40,80	430,00	5,8	
5.2.21	8873	SINAPI	DELETADOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2023	UN	2,00	17,50	58,41	75,91	35,00	112,81	147,81	32,48	43,36	188,96	0,00%	100,00%	35,00	112,81	3,8	
5.2.22	8873	SINAPI	DELETADOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2023	UN	2,00	12,91	53,60	66,41	26,02	107,30	133,82	32,48	41,32	165,59	0,00%	100,00%	26,02	107,30	3,1	
5.2.23	7169	AGETOP CIVIL	INTERDISPOSITIVO DIFERENCIAL RESIDUAL (IDR) 300mA DE 25A-30mA	UN	1,00	19,97	88,13	108,11	19,97	88,13	108,11	76,02	72,74	152,62	0,00%	100,00%	19,97	88,13	3,1	
5.2.24	7184	AGETOP CIVIL	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS (DPS) 275V DE 8 A 80KA	UN	12,00	36,47	54,92	85,40	366,76	658,05	1.024,75	250,17	455,12	1.275,32	0,00%	100,00%	366,76	658,05	16,2	
5.2.25	9191	SINAPI	CAIXA RETANGULAR 4" X 4" BARRA 3/32 M DO PISO, PVC, INSTALADA EM PARDE - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2023	UN	78,00	5,14	3,42	8,56	400,77	266,76	667,53	163,89	498,76	830,75	0,00%	100,00%	-	-	-	-
5.2.26	8888	SINAPI	CONJUNTAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA REORGANIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES NORMAIS, COM DIÂMETROS MENORES DO IGUAIS A 40 MM AF_03/2023	M	60,00	0,18	4,58	12,76	738,26	412,57	1.148,83	280,91	916,30	1.429,74	0,00%	100,00%	-	-	-	-
5.2.27	9047	SINAPI	REDE LINEAR MANUAL EM ALVENARIA PARA ELÉTRICISTAS, DIÂMETROS MENORES DO IGUAIS A 40 MM AF_03/2023	M	60,00	5,20	1,74	6,94	488,20	158,79	624,99	152,82	582,69	777,82	0,00%	100,00%	-	-	-	-
5.2.28	9194	SINAPI	CAIXA RETANGULAR 4" X 4" BARRA 3/32 M DO PISO, PVC, INSTALADA EM PARDE - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2023	UN	24,00	5,14	4,74	10,05	127,55	113,68	241,23	58,99	158,74	300,22	0,00%	100,00%	-	-	-	-
5.2.29	9154	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	M	60,00	4,13	3,28	7,40	271,38	204,79	666,18	162,89	462,19	829,07	0,00%	100,00%	-	-	-	-
5.2.30	9173	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	M	100,00	6,74	9,38	16,13	674,37	938,49	1.612,86	394,38	839,26	2.007,34	0,00%	100,00%	-	-	-	-
5.2.31	9198	SINAPI	LÂMPARA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2023	UN	15,00	4,26	11,56	15,82	63,94	173,41	237,35	58,04	75,98	295,39	0,00%	100,00%	63,94	173,41	3,0	
5.2.32	8918	SBC	LÂMPARA DE SOBRESOLAPAZ BRANCA 30x60cm 30W LED	UN	160,00	2,98	98,88	127,64	468,88	1.811,74	2.032,66	497,82	561,11	2.523,62	0,00%	100,00%	468,88	1.581,74	2,5	
5.2.33	10063	SINAPI	LÂMPARA TUBULAR LED DE 1800 W, BASE G13 - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2026_PS	UN	14,00	5,00	13,38	19,28	87,50	1.880,69	697,86	1.086,85	3.511,94	877,30	1.980,68	0,00%	100,00%	877,30	1.980,68	3,3
5.2.34	Caixa Transformador 250VA	Projeto	Luminária LED prateada, 200W, subproj. integrada, bala térmica Tachira 400K	PC	15,00	-	36,13	36,13	-	541,90	541,90	132,51	-	674,41	0,00%	100,00%	-	-	-	-
5.2.35	8854	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	10,00	18,83	5,78	24,61	188,26	57,80	246,06	60,17	224,29	306,23	0,00%	100,00%	188,26	57,80	3,0	
5.3	CABEAMENTO E ESTRUTURADO										7.608,40									
5.3.1	8935	SINAPI	CAIXA ELÉTRICA 60X60 CM DE INSTALADO EM EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - FORTALECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_03/2023	M	300,00	0,08	4,42	4,50	24,08	1.207,38	1.321,14	335,38	25,87	1.481,52	0,00%	100,00%	24,08	1.207,38	1,6	

Item	Código	Banco	Descrição	Unidade	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)	BSI	Preço Final (R\$)	% Cumulativo Executado	% a Executar	Valor do Item	Total			
6.4.4	6703	SINAPI	Chapisco aplicado em alvenaria	m²	73,00	2,01	146,73	146,73	146,73	100,00%	0,00%	-	-			
6.4.5	6870	Próprio	Impermeabilização de superfície com membrado elastomérica em pólenar (Imo. 10-11, classe B, autossuportada (PDR 002)), uma camada, inclusive aplicação de primer sintético	m²	88,00	19,76	1.738,88	5.201,58	6.940,46	1.701,93	2.163,78	8.662,15	10,00%	90,00%	1.564,78	4.699,43
6.4.6	6871	Próprio	Sistema APGNH 48 cm ØS501 - 40mm	UNI	22,00	14,22	312,84	3.943,74	4.256,58	1.040,81	389,28	5.297,35	100,00%	0,00%	-	-
6.4.7	6704	Próprio	Tubo PVC branco 200x200	UNI	2,00	18,86	37,72	324,13	361,85	137,43	47,18	699,47	100,00%	0,00%	-	-
6.4.8	6872	Próprio	Tubo PVC 200 mm, junta elastica, para rede coberta de esgoto pluvial	M	34,00	2,14	72,76	3.434,35	3.507,11	857,53	90,36	4.364,49	100,00%	0,00%	-	-
6.4.9	6873	SINAPI	Escavação manual de valas para instalação de tubos	m³	1,00	45,70	45,70	25,64	71,34	17,51	59,71	89,14	100,00%	0,00%	-	-
6.4.10	6874	SINAPI	Rebatero manual de valas	m²	1,00	11,77	11,77	8,36	20,13	5,07	15,38	25,79	100,00%	0,00%	-	-
6.4.11	6875	Próprio	Sistema APGNH 48 cm ØS502 - 40mm	UNI	23,00	7,25	166,75	1.082,96	1.249,71	305,58	207,51	1.555,27	100,00%	0,00%	-	-
6.4.12	6876	Próprio	Cap PVC esgoto 200mm	UNI	2,00	-	-	200,70	200,70	49,08	-	249,78	100,00%	0,00%	-	-
7.1	ADM-CALDAS	Próprio	ADMINISTRACAO LOCAL ADMANUTRICAO	UNID.	1,00	9.585,53	477,41	10.032,94	2.453,27	11.892,06	12.469,21	32,24%	67,76%	6.474,83	323,49	8,4
TOTAL GERAL:							119.979,71	297.851,57	417.831,28	102.168,72	149.317,32	520.000,00		63.643,03	219.458,77	352.326

ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	BSI	PREÇO FINAL (R\$)	% CUMULATIVO EXECUTADO	% A EXECUTAR	Valor do Item	Total
------	--------	-------	-----------	---------	--------	----------------------	-------------------	-----	-------------------	------------------------	--------------	---------------	-------

Eng. Elienilton Luiz Fernando da Cruz
 Chefe de Seção de Obras e Projetos
 CREA 11205/D-GO



Documento assinado eletronicamente por HUBERTO VILANI, DIRETOR(A)-GERAL EM SUBSTITUIÇÃO, em 27/03/2026, às 14:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por GISELY DE SOUZA MOREIRA LIMA, Usuário Externo, em 30/03/2026, às 15:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei4.tre-go.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 1359624 e o código CRC B554CAAC.

